

GP-RIM-0015/2026

Sorocaba, 07 de janeiro de 2026

Senhor Presidente,

Em atenção ao requerimento nº 3347/2025, de autoria do nobre vereador Ítalo Gabriel Moreira e aprovado por esse Legislativo, no qual requer esclarecimentos técnicos sobre variações relevantes identificadas no Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO – 5º bimestre), referentes a “outros serviços”, “transferências correntes de instituições privadas”, “transferências de capital de instituições privadas” e “outras receitas de capital”, encaminhamos a Vossa Excelência respostas exaradas pelas Secretarias da Fazenda (SEFAZ), de Parcerias (SEPAR) e de Serviços Públicos e Obras (SERPO).

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos renovando os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

LUIZ HENRIQUE GALVÃO
Secretário de Relações Institucionais e Metropolitanas

Excelentíssimo Senhor
LUIS SANTOS PEREIRA FILHO
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
SOROCABA - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

SEFAZ - Gabinete da Secretaria

DESPACHO

Nº do Processo: 3552205.404.00176222/2025-15

Interessado: Vereador Ítalo Moreira

Assunto: REQUERIMENTO 3347/2025 - SEFAZ

À Divisão de Expediente,

Em atenção à solicitação em id 1184876;

Seguem respostas em id: 1202139 e 1242016 as quais estou de acordo.

Segue para demais providências.

Sorocaba, na data da assinatura digital.

Marcelo Regalado
Secretário da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Duarte Regalado**, **Secretário**, em 23/12/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1243160** e o código CRC **196A8CEA**.

Referência: Processo nº 3552205.404.00176222/2025-15

SEI nº 1243160



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Divisão de Execução Orçamentária

DESPACHO

Nº do Processo: 3552205.404.00176222/2025-15

Interessado: Vereador Ítalo Moreira

Assunto: REQUERIMENTO 3347/2025 - SEFAZ

Ao Sr. SEFAZ,

Segue sugestão de resposta:

16. Qual é a execução atual da aplicação dos recursos recebidos como transferências de capital?

Para consultas de caráter específico, sugerimos utilização do Portal da Transparência, onde será possível identificar a execução passada e atual dos valores interessados.

Sorocaba, na data da assinatura digital.

Matheus Castelo Branco Figueiredo
Chefe de Divisão de Execução Orçamentária



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Castelo Branco Figueiredo**, **Chefe de Divisão**, em 23/12/2025, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1242016** e o código CRC **D2418C6A**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Divisão de Contabilidade

DESPACHO

Nº do Processo: 3552205.404.00176222/2025-15

Interessado: Vereador Ítalo Moreira

Assunto: REQUERIMENTO 3347/2025 - SEFAZ

Ao Gabinete SEFAZ,

Seguem sugestões de respostas ao itens da DCON:

1. Quais são todos os serviços que compõem a natureza “outros serviços”, incluindo descrição, base legal e instrumentos vinculados?

As receitas registradas na natureza “outros serviços” decorrem, predominantemente, da prestação de serviços do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba – SAAE. No âmbito da Prefeitura, a Secretaria da Fazenda atua na consolidação contábil dessas informações no RREO. Para detalhamento de serviços, base legal específica e instrumentos vinculados, as informações devem ser solicitadas diretamente ao SAAE, na condição de unidade arrecadadora e gestora dessas receitas.

2. Quais ações, contratos ou atividades deixaram de gerar receita no montante previsto para “outros serviços”?

Como as receitas da rubrica “outros serviços” são oriundas da atuação do SAAE, é essa autarquia que detém o controle direto sobre contratos, ações e atividades que geram ou deixam de gerar receita na referida natureza.

3. Há atraso, inadimplência, falha de cobrança ou erro de classificação contábil relacionado a essa rubrica?

Como as receitas da rubrica “outros serviços” são oriundas da atuação do SAAE, é essa autarquia que detém o controle direto sobre contratos, ações e atividades que geram ou deixam de gerar receita na referida natureza.

4. O Executivo pode encaminhar o demonstrativo de cobrança administrativa e judicial referente à natureza “outros serviços”?

Como as receitas da rubrica “outros serviços” são oriundas da atuação do SAAE, é essa autarquia que detém o controle direto sobre contratos, ações e atividades que geram ou deixam de gerar receita na referida natureza.

5. Qual é a projeção atualizada de realização dessa receita até o final do exercício e quais medidas foram adotadas para recomposição do valor inicialmente estimado?

Como as receitas da rubrica “outros serviços” são oriundas da atuação do SAAE, é essa autarquia que detém o controle direto sobre contratos, ações e atividades que geram ou deixam de gerar receita na referida natureza.

6. Quais instituições privadas realizaram transferências correntes ao Município no exercício (identificar CNPJ, razão social e natureza jurídica)?

As receitas classificadas na rubrica de “transferências correntes de instituições privadas” decorrem, neste exercício, de operações em que a URBES – Trânsito e Transportes S/A foi a parte diretamente envolvida, e não a administração direta da Prefeitura. A URBES é quem detém a relação jurídica com as instituições privadas, bem como os dados cadastrais (CNPJ, razão social e natureza jurídica) de cada repasse. Assim, para identificação nominal das instituições e envio do detalhamento solicitado, as informações devem ser direcionadas à URBES.

7. O Executivo pode fornecer cópia integral dos instrumentos jurídicos que fundamentam cada transferência corrente recebida (convênios, termos, contratos, acordos, doações ou equivalentes)?

Os instrumentos jurídicos que deram origem às transferências correntes de instituições privadas foram firmados no âmbito da URBES, que figura como parte nas respectivas relações contratuais. Dessa maneira, a cópia integral de convênios, termos, contratos, acordos, doações ou instrumentos equivalentes deve ser solicitada diretamente à URBES, responsável pela celebração e guarda desses documentos.

8. Qual é a finalidade de cada transferência corrente recebida, incluindo eventuais contrapartidas, periodicidade e ações financiadas?

As transferências correntes e as receitas decorrentes de convênios, termos de parceria e outros ajustes seguem as finalidades e condições estabelecidas em suas legislações e normas específicas, bem como nos próprios instrumentos jurídicos que as instituem, os quais definem objeto, destinação dos recursos, contrapartidas, periodicidade e ações financiadas. No caso das transferências correntes de instituições privadas registradas neste exercício, o detalhamento operacional de cada ajuste (finalidade específica, periodicidade e contrapartidas) encontra-se nos instrumentos firmados pela URBES com as respectivas instituições privadas, e deve ser consultado diretamente junto àquela entidade.

9. Qual é a justificativa formal para a diferença entre a previsão atualizada e a receita efetivamente realizada nas transferências correntes de instituições privadas, incluindo as medidas de fiscalização, ações de cobrança, ações de prevenção à evasão ou inadimplência e explicação da frustração parcial da receita (art. 53, §2º, II, LRF)?

A execução das receitas classificadas como “transferências correntes de instituições privadas” está vinculada às operações e instrumentos jurídicos celebrados pela URBES. Eventuais diferenças entre previsão atualizada e receita realizada decorrem da dinâmica desses ajustes (cronograma de repasses, condições contratuais, variações de base de cálculo etc.), que são acompanhados diretamente pela URBES.

10. Existem transferências correntes de instituições privadas ainda pendentes de recebimento? Em caso afirmativo, qual é a previsão de ingresso até o encerramento do exercício?

A identificação de transferências correntes de instituições privadas pendentes de recebimento, bem como a previsão de ingresso até o encerramento do exercício, depende do acompanhamento dos contratos e instrumentos celebrados pela URBES com as instituições privadas envolvidas.

11. Qual instituição privada repassou os valores classificados como “transferências de capital”, incluindo identificação completa (CNPJ, razão social e vínculo jurídico com o

Município)?

Os valores classificados como “transferências de capital de instituições privadas” decorrem de termo de convênio firmado com a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, que, na qualidade de instituição privada, repassou recursos ao Município para finalidade específica pactuada no referido instrumento. A identificação completa (CNPJ, razão social e demais dados) consta do termo de convênio e de seus anexos, que podem ser disponibilizados pela unidade gestora responsável pelo ajuste, caso necessário.

13. Qual a justificativa para a ausência de previsão inicial de receita (R\$ 0,00) nessa rubrica?

À época da elaboração da Lei Orçamentária Anual não havia, ainda, instrumento jurídico firmado que previsse o ingresso de transferências de capital de instituições privadas nessa rubrica específica. Por se tratar de receita eventual e condicionada à celebração de convênio com a CPFL, a previsão inicial foi registrada em R\$ 0,00. A inclusão e atualização dos valores somente se tornaram possíveis após a formalização do convênio e a definição dos montantes a serem repassados.

14. Por qual motivo o valor realizado superou o valor previsto atualizado nas transferências de capital de instituições privadas?

O valor realizado superou a previsão atualizada em razão de o convênio com a CPFL ter sido formalizado e/ou ajustado em momento posterior à elaboração das estimativas originais, tratando-se de receita de capital de natureza eventual. À medida que o instrumento foi sendo executado e os recursos efetivamente ingressaram, o valor realizado ultrapassou a estimativa inicialmente projetada, o que é compatível com receitas vinculadas a convênios de capital cuja formalização e cronograma de repasses se consolidam ao longo do exercício.

17. Quais lançamentos contábeis resultaram no valor negativo registrado na natureza “outras receitas de capital”?

O valor negativo registrado na natureza “outras receitas de capital” decorre de lançamentos de dedução efetuados para fins de recomposição do Fundo de Depósitos Judiciais, em atendimento às normas específicas que regem a utilização e a recomposição desses recursos. Trata-se, portanto, de ajuste contábil para recompor o referido fundo, motivo pelo qual o resultado aparece com sinal negativo no demonstrativo.

18. O Executivo pode encaminhar documentação comprobatória dos estornos, cancelamentos ou retificações que originaram esse valor negativo?

Os estornos e deduções vinculados à recomposição do Fundo de Depósitos Judiciais constituem procedimento habitual da administração, formalizado nos respectivos processos administrativos e registros contábeis.

19. Esses ajustes decorreram de recomendação da auditoria interna, da Secretaria da Fazenda ou de determinação do Tribunal de Contas do Estado?

Não.

20. Há planilha contendo cada lançamento retificado, os respectivos motivos e os valores envolvidos?

Não. Trata-se de procedimento habitual da administração, realizado de forma recorrente e amparado pelas rotinas e normas internas vigentes, não se caracterizando como situação excepcional.

21. As variações identificadas impactaram a programação financeira do Município?

Não.

22. Houve necessidade de limitação de empenho ou reprogramação decorrente dessas variações?

Não.

23. Qual é a projeção atualizada de receita até o encerramento do exercício e quais medidas estão sendo adotadas para evitar novas frustrações?

A projeção atualizada de receita até o encerramento do exercício encontra-se disponível para consulta pública no Portal da Transparência do Município, por meio dos relatórios oficiais de execução orçamentária (como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e demais demonstrativos fiscais), onde constam as previsões atualizadas e os valores realizados ao longo do ano.

Quanto às medidas para evitar novas frustrações, a administração realiza o acompanhamento contínuo da arrecadação, revisa periodicamente as estimativas e adota premissas mais prudentes no planejamento, além de reforçar ações de cobrança e combate à inadimplência, buscando alinhar as previsões à realidade e dar maior segurança à execução orçamentária.

Sorocaba, na data da assinatura digital.

Anderson Manrique de Freitas
Chefe da Divisão de Contabilidade



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Manrique de Freitas, Chefe de Divisão**, em 11/12/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1202139** e o código CRC **D0FD065A**.

Referência: Processo nº 3552205.404.00176222/2025-15

SEI nº 1202139



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

SEPAR - Secretaria de Parcerias

OFÍCIO SEPAR Nº 805/2025

À

Secretaria de Gabinete Central
Ilmo. Sr. Evandro Bueno da Silva
Secretário de Gabinete Central

Assunto: Resposta do Requerimento n.º 3347/2025, da Câmara Municipal de Vereadores de Sorocaba, de autoria do Vereador Ítalo Gabriel Moreira.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 3552205.404.00176222/2025-15.

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos, por meio deste, as informações pertinentes em resposta ao Requerimento supramencionado, de autoria do Vereador Ítalo Gabriel Moreira, na qual requer esclarecimentos técnicos sobre variações relevantes identificadas no Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO - 5º bimestre), referentes a “outros serviços”, “transferências correntes de instituições privadas”, “transferências de capital de instituições privadas” e “outras receitas de capital”, conforme a ordem indicada:

24. Quais operações de crédito foram contratadas ou executadas pelo Município no exercício, especificando instituição financeira, número do contrato, valor total pactuado, finalidade, fonte de recursos e base legal que autorizou a contratação?

R: A Secretaria de Parcerias informa que as operações de crédito contratadas no exercício de 2025, foram com a Caixa Econômica Federal, autorizadas pela Lei 13.125/2025, alterada pela Lei 13.159/2025, sendo elas:

I. Contrato nº 0639198-15/2025 - Programa Novo PAC. Eixo: Saneamento para Todos - Macro drenagem e Canalização do Córrego Piratininga - Valor: R\$ 14.586.823,00 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais).

II. Contrato nº 0639180-17/2025 - Programa Novo PAC. Eixo: Pró- Transporte - Implantação de Semáforos Inteligentes - Valor: R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)

25. Qual é o demonstrativo detalhado da execução das operações de crédito no bimestre, contendo valores efetivamente ingressados, etapas de liberação, cronograma de desembolso e eventuais diferenças entre o previsto e o realizado?

R: Informamos que as solicitações de desembolso referente às operações de crédito acompanham a evolução física dos empreendimentos, bem como a projeção de início de novas obras. Ressaltamos que diversos fatores podem impactar as estimativas de recebimento dos recursos, tais como a morosidade nos processos licitatórios e na obtenção das licenças necessárias para o efetivo início das obras. Com relação às operações do Programa Novo PAC, informamos que encontram-se em atendimento de diligência da Caixa Econômica Federal.

Programa	Lei Autorizativa	Banco	Cronograma (Já executado e projeção futura)			
			... - 2024	2025	2026	2027
Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba – MOBILIDADE TOTAL	Lei Municipal nº 11.060/2015	Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF	\$ 33.081.996,51	\$ 10.000.000,00	\$ 12.799.315,60	\$ 14.118.687,89
Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano de Sorocaba - Desenvolve Sorocaba	Lei Municipal nº 12.278/2021	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	\$ 9.742.000,00	\$ 2.480.000,00	\$ 3.000.000,00	\$ 778.000,00
		New Development Bank - NDB	\$ 26.038.674,87	---	\$ 10.000.000,00	\$ 3.961.325,13
Programa Eficiência Municipal	Lei Municipal nº 12.831/2023	Banco do Brasil S/A	R\$ 62.207.842,12	---	---	---
NOVO PAC - Macrodrenagem e Canalização - Córrego Piratininga	Lei Municipal nº 13.125/2025, Alterada por Lei Municipal nº 13.159/2025	Caixa Econômica Federal	---	---	R\$ 8.417.426,04	R\$ 6.169.396,96
NOVO PAC - Semáforos Inteligentes			---	---	R\$ 16.091.293,06	R\$ 8.908.709,93

26. Há operações de crédito com desembolsos pendentes, atrasados ou reprogramados pela instituição financeira? Em caso afirmativo, quais as justificativas formais apresentadas pelo agente financeiro e quais medidas a Administração adotou?

R: Conforme resposta anterior.

Sendo só o que nos cabe nesta oportunidade, permanecemos à inteira disposição para o necessário e aproveitamos o ensejo para reiterar protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Sorocaba, na data da assinatura digital.

Rodrigo de Paula Faria
Coordenador da UEP

Bárbara Elize Braz
Gestora de Planejamento e Execução

Jéssica Pedrosa
Secretária de Parcerias



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Paula Faria, Coordenador**, em 06/01/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Pedrosa, Secretário**, em 06/01/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Elize Braz, Gestor**, em 06/01/2026, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1239283** e o código CRC **7E81A980**.

Referência: Processo nº 3552205.404.00176222/2025-15

SEI nº 1239283



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

Divisão de Manutenção de Próprios e Iluminação Pública

OFÍCIO SERPO – nº 4127/2025

À SEGOV

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 3347 do Vereador Ítalo Moreira

Requer esclarecimentos técnicos sobre variações relevantes identificadas no Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO – 5º bimestre), referentes a “outros serviços”, “transferências correntes de instituições privadas”, “transferências de capital de instituições privadas” e “outras receitas de capital”.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 3552205.404.00176222/2025-15.

Em resposta ao Requerimento nº 3347/2025 1184872 do **Nobre Vereador Ítalo Moreira**, cumpre-nos informar que após consulta Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Período de Referência: janeiro a outubro/2025 - Bimestre: setembro-outubro, não localizamos nenhum Termo de Cooperação Técnica firmado com a CPFL, que esteja sendo gerido pela SERPO.

Sendo assim, não temos como responder os questionamentos dos itens 12 e 15.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Sorocaba, na data da assinatura digital.

Romeia Gomes Campestrini

Divisão de Manutenção de Próprios e Iluminação Pública

Darwin José de Almeida Rosa

Secretário de Serviços Públicos e Obras



Documento assinado eletronicamente por **Romeia Gomes Campestrini**, **Chefe de Divisão**, em 30/12/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



Documento assinado eletronicamente por **Darwin Jose de Almeida Rosa**, **Secretário**, em 30/12/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1249851** e o código CRC **E8BB78B4**.

Referência: Processo nº 3552205.404.00176222/2025-15

SEI nº 1249851